

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

Senhores Acionistas

O Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetem à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

As mencionadas demonstrações contábeis estão disponíveis no site da CET – [www.cetsp.com.br](http://www.cetsp.com.br) - link “Informações Institucionais”.

A Administração

**CET - BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Em R\$ Mil)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e Bancos	95	12
Aplicações Financeiras	19.757	11.346
Contas a Receber	167.298	86.249
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos	(98.018)	(35.728)
Estoques	9.317	8.936
Adiantamentos a Funcionários e Terceiros	4.811	4.687
Impostos e Contribuições a Recuperar	55.426	50.157
Despesas do Exercício Seguinte e Outros Créditos	2.331	777
	<u><b>161.017</b></u>	<u><b>126.436</b></u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a Longo Prazo		
Contas a Receber	454	79.887
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos	(275)	(51.609)
Depósito Judicial e Outros Créditos	4.187	3.189
	<u><b>4.366</b></u>	<u><b>31.467</b></u>
Investimento	18	18
Imobilizado	27.582	35.620
Intangível	2.067	3.029
	<u><b>34.033</b></u>	<u><b>70.134</b></u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><u><b>195.050</b></u></u>	<u><u><b>196.570</b></u></u>

**As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.**

**CET - BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
 (Em R\$ Mil)

<b>PASSIVO</b>	<u><b>2011</b></u>	<u><b>2010</b></u>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	38.199	37.486
Salários a Pagar	2.363	2.521
Provisão Férias e Encargos	34.389	35.922
Encargos Sociais e FGTS a Recolher	11.164	9.614
Impostos e Contribuições a Recolher - Tributárias	30.130	23.998
Provisão para Imposto de Renda Diferido	-	9.779
Provisão para Contribuição Social Diferida	4.178	2.988
Adiantamento de Clientes	6.897	13.016
Processos Julgados	33	3.644
Outras Contas a Pagar	2.840	5.357
	<u><b>130.193</b></u>	<u><b>144.325</b></u>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Exigível a Longo Prazo		
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento	19.098	8.777
Obrigações Tributárias - COFINS/PASEP - Parcelamento	7.096	27.880
Provisão para Contingências	36.026	83.350
Impostos e Contribuições a Recolher	-	4.941
Provisão para Imposto de Renda Diferido	-	3.439
Provisão para Contribuição Social Diferida	-	1.189
	<u><b>62.220</b></u>	<u><b>129.576</b></u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social	34.265	34.265
Reserva de Capital	1.272	1.272
Prejuízos Acumulados	<u>(101.911)</u>	<u>(181.879)</u>
	<u><b>(66.374)</b></u>	<u><b>(146.342)</b></u>
Adiantamento para Aumento de Capital	69.011	69.011
	<u><b>2.637</b></u>	<u><b>(77.331)</b></u>
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>195.050</b></u>	<u><b>196.570</b></u>

**As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.**

**CET - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em R\$ Mil)**

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Serviços de Engenharia de Tráfego	603.760	517.348
Exploração de Estacionamento Zona Azul	61.498	54.137
Eventos Diversos	17.801	14.306
	<u>683.059</u>	<u>585.791</u>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>(82.383)</b>	<b>(83.475)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<u>600.676</u>	<u>502.316</u>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<u>(482.714)</u>	<u>(409.322)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<u>117.962</u>	<u>92.994</u>
<b>RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		
Pessoal e Encargos	(50.322)	(57.928)
Honorários da Administração	(1.009)	(1.181)
Gerais e Administrativas	(74.467)	(48.872)
Despesas Financeiras	(7.181)	(1.109)
Receitas Financeiras	3.440	1.566
Outras Receitas Operacionais	91.545	31.139
	<u>(37.994)</u>	<u>(76.385)</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<u>79.968</u>	<u>16.609</u>
<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	-	(1.752)
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	(630)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u>79.968</u>	<u>14.227</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$ MIL</b>	<u>0,0023</u>	<u>0,0004</u>

**As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.**

**CET - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Em R\$ Mil)

	Reservas de Capital		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Adiantamento para Aumento de Capital	Total
	Incentivos Fiscais	Doações	(196.106)	(160.569)	53.211	(107.358)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>						
Capital Integralizado	40	1.232	-	-	15.800	15.800
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	14.227	14.227	-	14.227
Lucro Líquido do Exercício	40	1.232	(181.879)	(146.342)	69.011	(77.331)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>						
Capital Integralizado	40	1.232	79.968	79.968	-	79.968
Lucro Líquido do Exercício	40	1.232	(101.911)	(66.374)	69.011	2.637
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>						

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

#

**CET - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

**Método Indireto**

**(Em R\$ Mil)**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro do Exercício	<b>79.968</b>	<b>14.227</b>
Ajustes		
Depreciação	12.612	9.483
Acréscimo do Recebimento da Venda do Imobilizado	-	(655)
Redução (Aumento) no Ativo:		
Contas a Receber	(1.616)	10.312
Reversão de Riscos no Recebimento de Créditos	10.956	(992)
Estoques	(381)	(2.340)
impostos, Contribuições e Outros Créditos	(7.945)	(11.890)
Aumento (Redução) no Passivo:		
Provisões Férias e Salários a Pagar	(1.691)	8.301
Encargos Sociais e FGTS a Recolher	1.550	(4.272)
Impostos e Contribuições a Recolher	(2.458)	(1.690)
Fornecedores/Contas a Pagar	(58.858)	435
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento	10.321	228
Obrigações Tributárias - Parcelamento	(30.352)	(423)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>12.106</b>	<b>20.724</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Investimento em Ativo Imobilizado	(3.612)	(27.759)
Recebimentos de Vendas de Imobilizado		655
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(3.612)</b>	<b>(27.104)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Doações Recebidas	-	-
Aumento de Capital	-	15.800
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>15.800</b>
<b>Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>8.494</b>	<b>9.420</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no início do Período	11.358	1.938
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Período	19.852	11.358

**As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.**

**CET - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010**  
(Demonstra a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição na sociedade)

Em R\$ Mil

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>1 - RECEITAS</b>		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	774.604	616.931
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custo das mercadorias e serviços vendidos	134.887	106.725
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	61.670	40.018
	<b>196.557</b>	<b>146.743</b>
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>578.047</b>	<b>470.188</b>
<b>4 - RETENÇÕES</b>		
Depreciação, amortização e exaustão	12.612	9.483
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>565.435</b>	<b>460.705</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas financeiras	3.440	1.566
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>568.875</b>	<b>462.271</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>568.875</b>	<b>462.271</b>
<b>Pessoal e encargos</b>		
Administradores	1.456	1.422
Operacionais	230.292	213.061
Estagiários	1.381	1.306
Autônomos	17	27
FGTS e Benefícios	102.618	86.863
	<b>335.764</b>	<b>302.679</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		
Governo Federal	122.823	110.305
Governo Municipal	19.199	29.290
Taxas e Contribuições	122	106
	<b>142.144</b>	<b>139.701</b>
<b>Financiadores</b>		
Juros	7.139	711
Aluguéis	3.860	4.953
	<b>10.999</b>	<b>5.664</b>
<b>Acionistas</b>		
Lucro Retido	79.968	14.227

**As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(EM R\$ MIL)**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, empresa de economia mista da Prefeitura do Município de São Paulo, constituída pela Lei nº 8.394 de 28 de maio de 1.976, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem por objetivo a prestação de serviços e execução de obras relacionadas com a operação, manutenção e ampliação do sistema de tráfego da Cidade de São Paulo, através do controle e avaliação de desempenho da malha viária, elaboração de estudos, projetos e pareceres sobre a sinalização semafórica e viária, desenvolvimento de sistemas especiais, treinamento e educação de trânsito e transporte e exploração de estacionamento rotativo, denominado Zona Azul, em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**2.1.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, apresentadas comparativamente com as levantadas em 31/12/10, expressas em reais.

**2.2.** As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

**2.3.** As práticas contábeis modificadas em função das alterações na legislação societária não afetaram o resultado ou o patrimônio líquido da Sociedade no período abrangido pelas demonstrações contábeis divulgadas. As alterações ocorreram somente em relação à reclassificação entre itens do ativo não circulante.

Em função do mesmo Pronunciamento, a Sociedade fez as seguintes opções:

a) Reclassificou as Imobilizações Intangíveis constante do Ativo Imobilizado para o subgrupo Intangíveis do Ativo Não Circulante;

b) Manteve os critérios utilizados para determinação da vida útil dos direitos do ativo imobilizado e intangível; optando por revisar e ajustar os mesmos, se necessário, no exercício de 2012.



### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a. Estoques**

São avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores ao mercado.

#### **b. Depósitos Judiciais**

Registrados pelo valor dos depósitos, atualizados pela TR até a data do balanço.

#### **c. Investimentos**

São demonstrados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Constituiu-se em 2003, Provisões para Perdas dos Investimentos incentivados no montante de R\$ 16 mil.

#### **d. Imobilizado**

É registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear.

#### **e. Intangível**

É registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A amortização é calculada pelo método linear.

#### **f. Fornecedores**

Estão demonstrados pelos compromissos assumidos, acrescidos dos reajustes contratuais incidentes até a data da entrega dos bens e/ou materiais ou da efetiva prestação de serviços.

#### **g. Provisão para Férias e Encargos**

Constituída pelos períodos vencidos e proporcionais, acrescidos dos encargos sociais aplicáveis, até a data do balanço.

## h. Ativos e Passivos Não Circulantes

Não houve necessidade de efetuar ajustes a valor presente pois os saldos do Ativo realizável a longo prazo estão registrados pelo valor histórico e os saldos do passivo não circulante estão atualizados até a data do encerramento das Demonstrações contábeis.

## 4. CONTAS A RECEBER

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prefeitura Município São Paulo – PMSP - Contrato nº 01/11	23.592	50.882
PMSP - Portaria SF 32/05 (a)	33.044	-
PMSP - Indenizações de 2005 a 2011 (b)	71.542	-
Exploração de Estacionamento Rotativo (Zona Azul)	8.489	5.817
Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo	29.485	29.550
Outras	1.145	
	<u>167.297</u>	<u>86.249</u>

(a) Saldo remanescente, correspondente a última parcela, a ser paga no exercício de 2012, referente ao reconhecimento pela Secretaria Municipal dos Transportes de serviços prestados nos exercícios de 1999 a 2004, nos termos do Decreto nº 47.720/05, Portaria Intersecretarial 1/SGM/SF/SJ/SEMP/2005 e de acordo com o cronograma estabelecido pelas Portarias da Secretaria Municipal das Finanças – SF nºs 31/05; 32/05 e 35/05.

(b) Créditos correspondentes a serviços essenciais e imprescindíveis de engenharia de tráfego e educação de trânsito, prestados à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT, no período de 2005 a 2011, sem contrato e/ou sem empenho.

Os serviços foram reconhecidos pelo Departamento de Operação do Sistema Viário – DSV daquela Secretaria nos Processos Administrativos, a saber:

• PA 2005-0.213.611-8 - exercício 2005	29
• PA 2005-0.213.600-2 - exercício 2005	283
• PA 2007-0.240.231-8 – exercício 2007	4.833
• PA 2008-0.225.788-3 - exercício 2008	12.025
• PA 2009-0.330.310-4 – exercício 2009	633
• PA 2009-0.330.336-8 – exercício 2009	1.311
• PA 2010-0.064.309-0 – exercício 2010	11.917
• PA 2012-0.021.586-5 – exercício 2011	<u>40.511</u>
	<b>71.542</b>

#### 4.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Em atendimento ao Princípio Contábil da Prudência, foi constituída provisão no montante de R\$ 40.511 mil, referente a receita auferida por serviços essenciais e imprescindíveis de gestão do trânsito da Cidade de São Paulo, prestados à Secretaria Municipal dos Transportes – SMT da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os quais não estavam suportados por empenhos, em função da insuficiência de recursos orçamentários no exercício de 2011.

Foram também provisionados nos exercícios de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 receitas de mesma natureza no montante de R\$ 57.508 mil, cujo saldo acumulado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 98.019 mil, demonstrado a seguir:

Gestão de Trânsito da Cidade de São Paulo	89.738
Deteção de Velocidade - Radar	2.853
Eventos Estratégicos para Cidade de São Paulo - PMSP	4.692
Outros	<u>736</u>
	<b>98.019</b>

Em consonância com os Princípios Contábeis da “Competência” e da “Prudência”, a Companhia efetuará as correspondentes reversões das provisões na medida em que os créditos reconhecidos pela PMSP/SMT forem efetivamente pagos.

O recebimento das parcelas 2010 e 2011 das Portarias mencionadas no item 4., ensejaram a reversão para receita de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD, constituídas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 28.871 mil.

#### 5. ESTOQUES

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Material de Sinalização Viária	6.659	6.797
Peças e Acessórios para Veículos	810	345
Combustíveis	137	314
Talões de Zona Azul	167	150
Suprimentos	<u>1.544</u>	<u>1.330</u>
	<u>9.317</u>	<u>8.936</u>

## 6. IMOBILIZADO

	Taxas Depreciação	2011			2010
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
		Aparelhos e Instr. Técnicos	10%	2.166	1.436
Aeronaves	20%	849	849	-	-
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	4%	6.188	4.356	1.832	2.019
Computadores, Micros e Perif.	20%	11.446	10.580	866	808
Instalações	10%	2.345	2.145	200	178
Máquinas e Equipamentos	10%	3.639	3.348	291	437
Móveis e Utensílios	10%	4.527	3.129	1.398	1.168
Veículos	20%	55.122	32.876	22.246	30.270
Outros Bens	10%	204	184	20	20
		86.486	58.903	27.583	35.620

## 7. INTANGÍVEL

Software e Outros	Taxas Amortização	2011			2010
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
		20%	7.981	5.915	2.066

## 8. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado é representado por 34.265.706 (34.265.706 em 2010) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

## 9. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, instituída pela Lei nº 11.941/09, para o pagamento do saldo remanescente de contribuições relativas ao período de novembro, dezembro e 13º salário do exercício de 2000 e ao Termo de Amortização de Dívida Fiscal – TADF nº 60.178.723-4.

As contingências previdenciárias relativas a Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos – NFLD,s, mencionadas na nota explicativa nº 13 c), também foram objeto do Programa de Parcelamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Os débitos serão pagos em 161 parcelas, remanescem em 31/12/11 154 parcelas.

Nos termos dos prazos estabelecidos no programa de parcelamento, os débitos foram segregados no Passivo em curto e longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
• TADF	110	-	110
• NFLD,s	1.005	19.098	20.103

## 10. COFINS E PIS/PASEP

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, instituída pela Lei nº 11.941/09, para o pagamento do saldo remanescente de contribuições relativas ao período de janeiro de 2003 a maio de 2005.

A consolidação do débito e o primeiro pagamento ocorreram em junho de 2011. O saldo remanescente correspondente a 26 parcelas está consignado no Passivo, a saber:

	Circulante	Não Circulante	Total
Cofins e Pasep – Lei nº 11.941/09	2.482	7.097	9.579

## 11. IMPOSTO DE RENDA - PREJUÍZOS FISCAIS

O valor dos prejuízos fiscais acumulados a compensar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 14.987 mil (R\$ 125.465 mil em 2010).

## 12. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A base negativa a compensar da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 22.969 mil (R\$ 123.555 mil em 2010).

## 13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Estão registrados nesta conta, no grupo Passivo Não Circulante, o montante de R\$ 36.026 mil, referentes a:

- Os processos trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia amparada no parecer de sua Assessoria Jurídica. Para os casos em que há expectativa de perdas, constituiu-se provisão no montante de R\$ 26.166 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 25.342 mil em 2010).
- A Companhia está contestando ações de cobrança movidas por ex-fornecedores a título de atualização de débitos pagos em atraso e outras ações cíveis. Foi

provisionado o montante de R\$ 9.860 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 14.628 mil em 2010) considerando-se o risco, avaliado pela Assessoria Jurídica da Companhia, de ser eventualmente condenada ao pagamento por via judicial.

- c. Até o exercício de 2010, a companhia contestava, na esfera administrativa e judicial, Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD, emitidas em dezembro de 1995 e março de 2000 pela Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do Instituto Nacional de Seguro Social, cujo montante provisionado contabilmente era de R\$ 43.380 mil, relativas às seguintes NFLD's:
- I. N°s 31.838.936-3; 31.838.937-1; 31.838.938-0; 35.002.772-2 e 35.002.774-9 - Débitos referentes à diferença de percentuais de 2% para 3% do financiamento da complementação das prestações por acidente de trabalho (Seguro Acidente de Trabalho - SAT) e de 4,50% para 5,80% do Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS, do período de janeiro de 1988 a outubro de 1999, no montante de R\$ 38.516 mil;
  - II. N°s 31.838.935-5 e 35.002.775-7 - Débitos de responsabilidade solidária pela não comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre a mão-de-obra utilizada na contratação de subempreiteiras, no período de setembro de 1991 a janeiro de 1993 e agosto de 1995 a fevereiro de 1999, no montante de R\$ 940 mil;
  - III. N° 31.838.940-1 - Débitos de contribuições devidas à Previdência Social referente a Seguro Acidentes do Trabalho - SAT, Terceiros, Contribuições não retidas e da parte da empresa, no período de maio de 1990 a julho de 1995, incidentes sobre honorários pagos a “autônomos”, no montante de R\$ 590 mil;
  - IV. N° 35.002.773-0 - Débitos de contribuições devidas à Previdência Social sobre Seguro de Vida em grupo, do período de janeiro de 1995 a outubro de 1999, no montante de R\$ 1.288 mil;
  - V. N° 35.002.776-5 - Débitos referentes a não retenção de contribuições previdenciárias de empresas fornecedoras de serviços que possuíam liminares que impediam a retenção da contribuição, relativo ao período de março de 1999 a outubro de 1999, no montante de R\$ 2.046 mil.

Nos termos das condições estabelecidas pela Lei nº 11.941/09 (REFIS da Crise), a Companhia desistiu das mencionadas ações e aderiu ao Programa de Parcelamento, cujo saldo foi consolidado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB em 30 de novembro de 2009, utilizando-se inclusive do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da Contribuição social sobre o lucro líquido. Foi incluído também neste parcelamento a NFLD nº 30.122.899-0, lavrado em 1981, relativo à diferença de percentuais de SAT de 0,40% para 2,50%

O pagamento inicial do parcelamento ocorreu em 30 de junho de 2011, cujo montante e o prazo do parcelamento estão descritas na Nota Explicativa nº 9.

#### 14. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Destacamos os eventos relevantes que possibilitaram à Companhia apurar Lucro de R\$ 79.968 mil.:

	R\$ mil
a) Relevação de juros e multas decorrentes do parcelamento da COFINS/PASEP e Contribuições Previdenciárias – Lei nº 11.941/09 (Refis da Crise);	52.925
b) Reversão de provisões para créditos de liquidações duvidosas em decorrência de recebimentos de créditos relativo a Portaria nº 35 da Secretaria Municipal das Finanças – SF.	28.871
c) Reversões de contingências cíveis e trabalhistas	7.564

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O lucro apurado no exercício de 2011 de R\$ 79.968 mil possibilitou a recuperação do Patrimônio Líquido da Companhia, evoluindo de R\$ 77.331 mil negativos em 31/12/10 para R\$ 2.637 mil em 31/12/11.

Houve também redução significativa nos prejuízos acumulados que passaram de R\$ 181.879 mil em 31/12/10 para R\$101.911 mil em 31/12/11.

#### 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os pedidos de restituição de importância pagas ao INSS e ao INTER, no período de janeiro de 1983 a outubro de 1988, referente aos percentuais de contribuição previdenciária destinados ao FUNRURAL e ao antigo INCRA, foram arquivados.

#### 17. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

A Lei nº 15.402 concedeu isenção, a partir do dia 06 de julho de 2011, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS incidente sobre serviços prestados à Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP ou a outros entes públicos.

O faturamento total da Companhia no exercício de 2011 é de R\$ 683.059 mil, dos quais R\$ 603.263 mil (88%) são relativas a serviços prestados à Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP.

A economia tributária no período de 06 de julho de 2011 a 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 15.064 mil.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**FRANCISCO VIDAL LUNA**  
Presidente

**MARCELO CARDINALE BRANCO**  
Conselheiro

**CLOVIS DE BARROS CARVALHO**  
Conselheiro

**RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO**  
Conselheiro

**ANTONIO CARLOS CARUSO**  
Conselheiro

**EGYDIO BIANCHI**  
Conselheiro

**MARCELO MORAES ISIAMA**  
Conselheiro

**MARCO AURÉLIO CHAGAS MARTORELLI**  
Conselheiro

**ORLANDO DE ALMEIDA FILHO**  
Conselheiro

**ZILAH DAIJO KUROKI**  
Conselheira

## DIRETORIA

**MARCELO CARDINALE BRANCO**  
Diretor Presidente

**EDUARDO MACABELLI**  
Diretor de Operações

**LUIZ ALBERTO DOS REIS**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**ADELMO VANUCHI**  
Diretor de Representação

## GERÊNCIA

**MARIO SASAKI**  
Gerente de Orçamento, Custos e Contabilidade

## RESPONSÁVEL TÉCNICO

**PAULO HEICHI NAGAI**  
Chefe do Departamento de Contabilidade  
Contador - CRC nº 1SP079928/O-0



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET, em reunião realizada em 23.04.2012, cumprindo o que determina o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, examinou o relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, compreendendo os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas destas demonstrações. Com base nos exames efetuados, nas informações prestadas pela Administração e considerando o Parecer da ETAE AUDITORES INDEPENDENTES, de 13 de abril de 2012, o Conselho Fiscal entende que as peças contábeis acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, econômica e financeira da Companhia, estando em conformidade com as disposições legais. O Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente e recomenda a aprovação integral e sem ressalvas das referidas demonstrações, estando as mesmas em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração, publicadas e submetidas à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 23 de abril de 2012.

**ROBERTO ANTONIO VALLIM BELLOCCHI**  
Presidente

**ALEXANDRE BARBOSA**

**JOÃO CYRO ANDRÉ**

**LUIZ LAURENT BLOCH**

**MARCIO MATHEUS**

À  
DD. DIRETORIA DA  
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET  
SÃO PAULO - SP

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de abril de 2012.

**ETAE AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC-SP Nº 2SP010138/O-8**



**TUNEO ONO**  
**Contador**  
**CRC-SP Nº 1SP098699/O-9**